Resolução Nº 003/15

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Aprova a utilização do nome social na Universidade Federal do Piauí – UFPI, para travestis e transexuais.

O Reitor da Universidade Federal do Piauí e Presidente do Conselho Universitário, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 30/03/2015 e, considerando
- o Processo Nº 23111.026054/14-57,

RESOLVE:

Art. 1º Assegurar ao estudante da UFPI, cujo nome civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, a possibilidade de uso e de inclusão nos registros acadêmicos do seu nome social, nos termos desta Resolução.

§ 1º Nome social é o modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, uma vez que o nome civil não reflete sua identidade de gênero ou possa implicar em constrangimento.

§ 2º Para os servidores da UFPI, o direito de uso do nome social será exercido nos termos da Portaria Nº 233 do Ministério do Planejamento, Orçamento Gestão, de 18 de maio de 2010.

§ 3º O Nome Social não substitui e nem exime a pessoa que faz uso dele na UFPI, de suas responsabilidades cíveis e penais, perante o Estado brasileiro.

Art. 2º O estudante, que se enquadrar na situação prevista no caput do artigo 1º, poderá solicitar a inclusão ou retirada do nome social durante a manutenção do seu vínculo ativo com a UFPI.

Parágrafo único. A solicitação de inclusão ou de retirada do nome social deverá ser submetida à análise da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação ou da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFPI, conforme o caso, por meio de requerimento fundamentado.

Art. 3º O nome social poderá diferir do nome civil apenas no prenome (nome próprio), mantendo inalterados os sobrenomes, exceto quando a razão que motivou a concessão do direito de uso do nome social nos termos do artigo 2º desta Resolução, for relacionada com os sobrenomes.
Resolução Nº 003/15/CONSUN – 02

Art. 4º O nome social será o único exibido em documentos de uso interno, tais como: diários de classe, fichas e cadastros, formulários, listas de presença, divulgação de notas e resultados de editais, tanto os impressos quanto os emitidos eletronicamente pelo sistema oficial de registro e controle acadêmico.

Parágrafo único. Garante-se ao aluno o direito de ser chamado oralmente pelo nome social, sem menção ao nome civil, inclusive na frequência de classe e em solenidades como colação de grau, defesa de tese, dissertação ou monografia, entrega de certificados, declarações e eventos congêneres.

Art. 5º Histórico escolar, certificados, certidões, diploma e atas de conclusão de curso e demais documentos oficiais para uso externo à UFPI serão emitidos apenas com o nome civil.

Art. 6º A UFPI não se responsabiliza pelo descumprimento desta Resolução, em documentos gerados por fontes externas.

Art. 7º Os casos omissos serão decididos pelo CONSUN/UFPI.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Teresina, 31 de março de 2015

José Arimateia Dantas Lopes
Reitor